

Aonde vamos com a política econômica?

Artigos de Marcelo Dias Carcanholo, Carlos Thadeu de Freitas Gomes e Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca discutem valorização cambial, política monetária, ajuste fiscal e investimentos do PAC.



Entrevista com Victória Grabois, filha, esposa e irmã de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, detalha sentença da Corte Interamericana que condenou o Brasil a fazer a investigação penal da operação.

Artigo de Mario Cordeiro de Carvalho Junior propõe incentivos para região de Nova Friburgo; Fórum Popular do Orçamento enfoca a função Habitação.

Editorial

Aonde vamos com a política econômica?

■ A presente edição do Jornal dos Economistas empenha-se em discutir os rumos da política econômica brasileira. Esta é, de certa forma, uma sequência da edição de dezembro, quando elencamos e analisamos alguns dos principais desafios da então presidente eleita. A percepção é a de que agora, transcorrido um período já considerável de tempo desde a posse da presidente Dilma Rousseff, há massa crítica para identificar tendências na nossa área de conhecimento, a economia.

Convidamos dois especialistas para debater o grave tema da sobrevalorização cambial da nossa moeda. Marcelo Dias Carcanholo, professor da UFF e pesquisador do PNPDIPEA, afirma que, enquanto o diferencial entre as taxas de juros domésticas e as internacionais continuar elevado, ocorrerá valorização cambial. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, economista-chefe da CNC e ex-diretor do Banco Central, recomenda a adoção de medidas de austeridade fiscal para combater as distorções do câmbio.

Já o artigo de Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca, coordenador do MBA em Finanças e Gestão de Risco da UFRJ, faz uma análise detalhada da situação fiscal no Brasil e lança um alerta: “não podemos descartar a possibilidade de a economia brasileira vir a ficar um pouco mais parecida com as de certos países europeus”, referindo-se a Grécia, Itália, Portugal e Irlanda.

A entrevista desta edição é com Victória Grabois, destacada liderança da luta contra a impunidade dos carrascos da ditadura militar brasileira, mácula máxima na nossa jovem democracia. Victória é uma das artífices do processo que culminou com a sentença da Corte Interamericana da OEA em 14 de dezembro, que condena o Estado brasileiro a esclarecer, determinar as responsabilidades penais e aplicar as sanções previstas em lei pelo massacre. É de se estranhar que os veículos da chamada grande imprensa tenham dado tão pouco destaque a decisão tão importante...

Esta edição não estaria completa se não tratasse da tragédia – ocasionada pelas chuvas e décadas de descaso – na Região Serrana do nosso estado. Mario Cordeiro de Carvalho Junior, professor da FAF-UERJ, propõe em artigo uma série de incentivos para a região de Nova Friburgo. E o Fórum Popular do Orçamento, que sempre procura direcionar seu conhecimento técnico para a análise de questões atuais, enfoca a função Habitação, sobretudo no tocante a como a prefeitura do Rio está atuando nas favelas cariocas.

SUMÁRIO

- 3 Política econômica
Marcelo Dias Carcanholo
Política econômica e taxa de câmbio no (novo) governo
- 5 Política econômica
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Câmbio e Controle de Capitais
- 7 Política econômica
Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Política Fiscal no Brasil: Principais Questões e Desafios
- 9 Entrevista: Victória Grabois
“Temos uma Presidente da República que foi presa política, foi torturada. Espero que se cumpra a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.”
- 12 Região Serrana
Mario Cordeiro de Carvalho Junior
Incentivos e medidas para a região de Nova Friburgo
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Gastos com Habitação no município do Rio de Janeiro
- 16 Corecon entra na justiça para proteger atuação de economistas peritos
Agenda de cursos para 2011
Corecon-RJ - Composição Plenária 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibieli Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascounto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Política econômica e taxa de câmbio no (novo) governo

■ Marcelo Dias Carcanholo*

Talvez um dos únicos consensos no debate atual sobre a economia brasileira seja a constatação da valorização de nossa moeda frente ao dólar. Se considerarmos a taxa de câmbio como um preço relativo que, de alguma maneira, mede a escassez relativa da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira de referência, temos que, de maneira bem simples, o real está valorizado frente ao dólar porque este último se encontra relativamente mais abundante no mercado de câmbio doméstico do que o primeiro.

Antes de ser uma explicação contundente para o processo, a constatação anterior não passa de uma mera tautologia, em função da própria definição do que vem a

ser a taxa de câmbio. Do que se trata é explicar o porquê ocorre essa situação de escassez relativa de uma moeda frente à outra, e é aqui que as diferenças de interpretação se tornam inconciliáveis.

Começando pelo menos controverso, a valorização do câmbio no Brasil reflete a elevação da oferta de dólares no mercado mundial, muito em função da resposta americana à crise. A resposta anticíclica da política

econômica americana, elevando o estoque de sua moeda nos mercados internacionais, implica desvalorização do dólar em todos esses mercados, inclusive no Brasil. Além disso, a política monetária brasileira, em função de seu viés ortodoxo, vem implementando medidas de restrição da oferta de moeda. Em dezembro último, por exemplo, elevou-se o percentual dos depósitos compulsórios sobre depósitos a vista (de 8% para 12%) e a prazo (de 15% para 20%). A estimativa era

a de que só essa medida retiraria do mercado cerca de R\$ 61 bilhões. A combinação da política monetária restritiva no Brasil com uma de caráter mais expansivo da autoridade monetária americana já nos permite entender a escassez relativa da moeda doméstica frente ao dólar no mercado de câmbio brasileiro. Mas não é apenas isso.

Como se viu, há um excesso de dólares nos mercados internacionais, o que pressiona a valorização das taxas de câmbio frente às outras moedas. Mas a atual valorização do real está entre as maiores da economia mundial, e isso se deve aos fatores que explicam a forte entrada da moeda americana especificamente no Brasil. Além das divisas que ingressam pelo comércio de bens e serviços, esta entrada está fortemente determinada pelo fluxo de capitais, que mostra uma tendência à entrada líquida quando existe uma expectativa de maior valorização do câmbio no futuro e/ou quando a diferença entre a taxa doméstica de juros e as taxas internacionais se eleva.

Quando se espera que a taxa de câmbio continue se valorizando, isso significa que a mesma quantidade de reais hoje equivalerá a um maior valor de dólares no futuro. Assim, a mera expectativa de valorização no futuro faz com que ingresse uma quantidade de recursos (em dólares) nessa economia, com o mero intuito de se apropriar da diferença cambial no



futuro, o que pode até sancionar, no presente, aquela valorização que era esperada. Por este canal, o que deve ser explicado é a formação das expectativas frente à taxa de câmbio no futuro. Daí a importância do monitoramento e atuação nos mercados de câmbio futuro, uma vez que estes refletem as expectativas que determinam, inclusive, comportamentos no mercado a vista. Por outro lado, quando a diferença da taxa doméstica de juros, frente às taxas internacionais, se eleva, a rentabilidade dos ativos denominados em moeda doméstica cresce frente aos outros, determinando uma compra dos primeiros (entrada de recursos), e forçando uma valorização da moeda doméstica. Aqui, o que deve ser explicado é o porquê do crescimento do diferencial entre as taxas de juros domésticas e internacionais; provavelmente nesta explicação reside o maior foco da controvérsia atual sobre a política econômica brasileira e sua influência sobre a taxa de câmbio.

A resposta convencional, que caracteriza a política econômica brasileira já de algum tempo, afirma que a taxa de juros no Brasil é alta basicamente por duas razões. Em primeiro lugar, a taxa de juros nominal é elevada porque as expectativas inflacionárias também são altas. Assim, dadas essas expectativas, e o comprometimento do Banco Central com o regime de metas inflacionárias, a elevação das taxas básicas de juros procura conter a pressão de demanda sobre a taxa de crescimento dos preços. Enquanto esses choques de demanda persistirem, as altas taxas de juros serão a forma de conter sua influência sobre a inflação. Em segundo lugar, e este é o fator determinante, inclusive dos choques



inflacionários, a persistência dos déficits públicos e o crescimento da dívida pública exigem maiores taxas reais de juros para a sua rolagem no mercado de títulos públicos. Enquanto o problema da dívida pública não for resolvido, as taxas domésticas de juros não podem cair. É em função desse raciocínio que o pensamento econômico convencional subordina a redução das taxas de juros à diminuição do estoque da dívida pública em relação ao PIB, o que só poderia ser obtido por arrochos fiscais que produzissem superávits primários consistentes. É a velha e convencional receita da redução dos gastos públicos.

O que o pensamento tradicional omite é que a redução dos gastos públicos pode ser obtida tanto pela diminuição dos gastos não-financeiros como pelo ajuste nos gastos financeiros. Esta última variável não é tratada porque explicita outro sentido na relação entre a dívida pública e a taxa de juros.

A elevação das taxas de juros implica diretamente o maior pagamento do serviço dessa dívida e, portanto, no acréscimo das despesas financeiras. Dessa forma, a abordagem ortodoxa,

quando relaciona a alta taxa de juros a uma baixa credibilidade advinda do elevado peso da dívida pública, inverte a relação mais óbvia, segundo a qual a dívida pública aumenta por causa da elevação da taxa de juros. Quanto maior esta última, maior será a despesa financeira, o déficit operacional e, portanto, a necessidade de emissão de novos títulos. A taxa de juros influi, dessa maneira, diretamente no serviço e indiretamente no estoque da dívida pública.

Por definição o crescimento da dívida pública é igual ao déficit financeiro mais o déficit não-financeiro. Daí decorre que o déficit público é a diferença entre o déficit financeiro e o saldo nas contas primárias (resultado não-financeiro). Quando os dois são iguais o déficit público é zerado e não ocorre acréscimo da dívida pública. Mais importante do que o valor absoluto do estoque da dívida pública é a sua relação com o PIB. Se a taxa de juros for igual à taxa de crescimento da economia, o resultado primário das contas públicas pode até ser nulo que, mesmo assim, a relação dívida/PIB se mantém estável. Por outro lado, se a primeira superar a segunda, como é o caso da economia brasileira, torna-se necessário um superávit primário para que a relação dívida/PIB seja estável.

Ao contrário do pensamento convencional, os saldos primários tornam-se necessários não diretamente por causa da credibilidade exigida pelos investidores que, em caso contrário, exigiriam maiores taxas de juros. O superávit primário e, portanto, a restrição da política fiscal como instrumento de política econômica, é necessário porque a taxa de juros (cresci-

mento das despesas financeiras) supera a taxa de crescimento da economia. Como a abordagem ortodoxa toma como um dado a despesa financeira, esta óbvia relação, no melhor dos casos, acaba sendo omitida.

Observando, tanto a colocação teórico-ideológica da equipe econômica do governo anterior, como suas práticas efetivas, e a sinalização dada pelo novo governo, conclui-se facilmente que a terapia seguiu, e continuará seguindo, o *script* convencional. Por um lado, a autoridade monetária já sinalizou a redução da inflação-meta, o que obviamente seria obtido com mais arrocho monetário e elevação dos juros domésticos, medidas que já vêm sendo aplicadas. O impacto disto sobre a taxa de câmbio é a manutenção da valorização.

O próprio governo percebe isso quando se sente na obrigação de adotar medidas paliativas no mercado de câmbio (compulsórios nas posições de câmbio dos bancos, retomada dos leilões de *swap* reverso cambial, regulamentação para atuação do fundo soberano). O fato é que, enquanto o diferencial entre as taxas de juros domésticas e as internacionais continuar elevado, o fluxo líquido de capitais continuará sendo de entrada – salvo em um cenário de recrudescimento da crise – mantendo a valorização cambial. O (novo) governo continua apostando que a redução das taxas de juros seria consequência de um arrocho fiscal que controle a dívida pública. Nada mais convencional.

* Marcelo Dias Carcanholo é doutor em Economia pela UFRJ, professor da Faculdade de Economia da UFE, membro do GT-CLACSO "Economía Mundial, Economías Nacionales y Crisis Capitalista" e pesquisador do PNPDI-IPEA.

Câmbio e Controle de Capitais

■ Carlos Thadeu de Freitas Gomes*

Com a consolidação da recuperação da economia mundial, os fluxos dos capitais retornam aos países emergentes, e o Brasil destaca-se como um dos principais destinos do capital estrangeiro. A entrada de recursos externos proporciona complementação à poupança interna para financiar investimentos produtivos e contribui para o desenvolvimento do mercado financeiro. Contudo, o excesso de recursos também pode trazer problemas, como a sobrevalorização cambial e vulnerabilidade a choques externos e a saídas repentinas de capitais. Assim sendo, não só o Brasil, mas também países como Chile e Coréia do Sul estão intervindo na flutuação do câmbio e estudam aumentar os controles sobre a entrada de capitais. No entanto, tais medidas apresentam custo elevado e sua eficácia é limitada.

O câmbio está hoje no centro das discussões econômicas pelo mundo. A chamada "guerra cambial" é consequência dos desequilíbrios globais entre países centrais e emergentes, entre os quais se destacam os Estados Unidos e a China. Trata-se de uma tentativa frustrada de correção, através do câmbio nominal, das disparidades produzidas pelos excessos de consumo e endividamento, de um lado, e pelo excesso de poupança, por outro. Na zona do Euro, a impossibilidade dos países pequenos promo-

verem ajustes cambiais em relação aos seus vizinhos coloca em cheque a própria existência da moeda única.

No Brasil, os termos de troca favorecidos pela alta expressiva das *commodities*, o forte crescimento do mercado interno, a baixa taxa de poupança interna, o grande diferencial entre juros domésticos e externos e uma liquidez internacional abundante fazem do país um grande receptor de investimentos. Como resultado, o Real foi uma das moedas que mais se valorizou em relação ao Dólar. A entrada massiva de recursos externos, entretanto, pode gerar efeitos adversos na economia.

Um dos principais impactos recai sobre o setor produtivo, com a perda da competitividade das exportações decorrente da sobrevalorização cambial para aqueles setores para os quais efeitos sobre os preços não foram mais que compensados pela retomada das cotações das *commodities*. Outra consequência, mais difícil de

mensurar, é o aumento da exposição cambial, já que o dólar barato e o diferencial de juros representam um incentivo ao endividamento externo. Adicionalmente, a abundância de recursos externos pode levar à valorização excessiva de ativos e expansão descomedida do crédito amparado no financiamento mais barato. Pode-se citar, também, a ampliação do endividamento do setor público através das operações de esterilização decorrente do acúmulo de reservas.

Dessa forma, é possível diferenciar as medidas de intervenção cambial e de controles de capitais em dois grupos com objetivos diferentes, embora complementares. O primeiro é composto de medidas de política macroeconômica, as quais visam reduzir a volatilidade e a sobrevalorização do câmbio, para assegurar competitividade aos exportadores. O segundo consiste no grupo de medidas macroprudenciais, que correspondem às iniciativas regulatórias, com intuito de evitar a excessiva exposição cambial dos setores financeiro e produtivo,

bem como bolhas de crédito e de ativos que se tornam difíceis de administrar quando há reversão dos fluxos externos.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil têm operado nas duas frentes. Via intervenções diretas no mercado de câmbio à vista, comprando reservas para reduzir a oferta excessiva, e através de intervenções no mercado de derivativos por meio de *swaps* reversos e leilões a termo, que levam em conta preocupações de ordem macroeconômicas. Já o aumento da alíquota do IOF sobre o capital de curto prazo, e o estabelecimento de depósito compulsório para posição vendida de câmbio dos bancos podem ser vistos como medidas macroprudenciais que minimizam o risco de exposição cambial excessiva, de descasamentos de prazos entre operações financeiras, e de bolhas de crédito ou de ativos. Contudo, a eficácia de tais medidas e operações para evitar a sobrevalorização cambial como também para reduzir a vulnerabilidade externa é limitada e, muitas vezes, seu custo é elevado. Nas duas últimas décadas a utilização



de tais instrumentos deixou algumas lições.

Nos anos 90 a economia brasileira atravessou períodos de abundância de entrada de capitais e períodos de escassez de recursos externos quando ocorreriam crises internacionais. Os controles de capitais eram endógenos às condições de financiamento externo e à política monetária: nos períodos de influxo excessivo de capitais, controles à entrada eram implantados, enquanto que nos períodos de escassez eram colocados controles à saída.

Os controles à entrada, impostos em épocas de abundância para evitar a valorização cambial, apesar de exercerem impacto no curto prazo, mostraram-se ineficazes no médio e longo prazo, pois a característica fungível do capital e a sofisticação do mercado financeiro permitiram que novos derivativos fossem criados para burlar as restrições. Além da eficácia limitada, os controles de capitais e as intervenções no mercado de câmbio quase sempre apresentaram custo fiscal elevado. Nas intervenções no mercado *spot* (à vista) o Banco

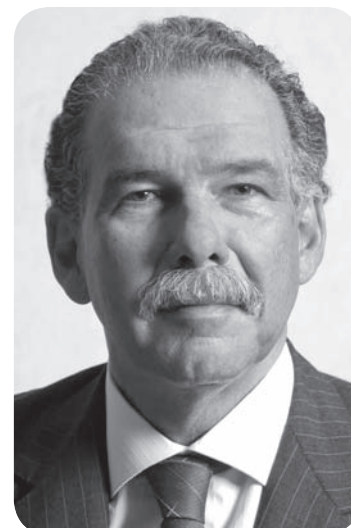
Central compra dólares e aumenta as reservas. O acúmulo de reservas internacionais é acompanhado por colocações de títulos da dívida pública no mercado para enxugar o excesso de liquidez resultante e evitar pressões inflacionárias. O custo das reservas corresponde ao diferencial entre sua remuneração (juros pagos no mercado internacional) e os juros internos incidentes sobre os títulos públicos.

Com a mudança para o regime de câmbio "flutuante", a utilização de *swaps* cambiais, quando o Real perdia valor em relação ao dólar, ou de *swaps* reversos, no caso de valorização excessiva do Real, tornou-se um instrumento comum. Em ambos os casos, apesar de amortecer a volatilidade do câmbio, essas operações não mudaram a trajetória do câmbio nominal, incorrendo em prejuízo para o Tesouro ao pagar o diferencial entre variação de juros e câmbio na contramão do mercado.

Estudos recentes para diversos países mostram que os impactos das intervenções no

mercado de câmbio e de medidas de controle de fluxo de capitais externos são limitados sobre a taxa de câmbio nominal e menor ainda sobre a taxa de câmbio real, que reflete o poder de compra da moeda de fato. Na medida em que a taxa de câmbio nominal permaneça inalterada, aumentos dos níveis de preços domésticos em relação aos níveis internacionais levam a uma apreciação do câmbio real. O dilema vivido hoje pela China ilustra esta questão. Através da massiva acumulação de reservas internacionais, o governo chinês mantém o câmbio nominal desvalorizado, mas as pressões inflacionárias eminentes deverão forçar um ajuste real. Para evitar o ajuste via inflação, o Banco Central da China deverá promover uma valorização progressiva do câmbio nominal, juntamente com alguma acomodação da atividade econômica. A situação do Brasil não é muito diferente. Uma política cambial mais agressiva, num cenário de aquecimento econômico, pode levar à necessidade de ajustamento via preços.

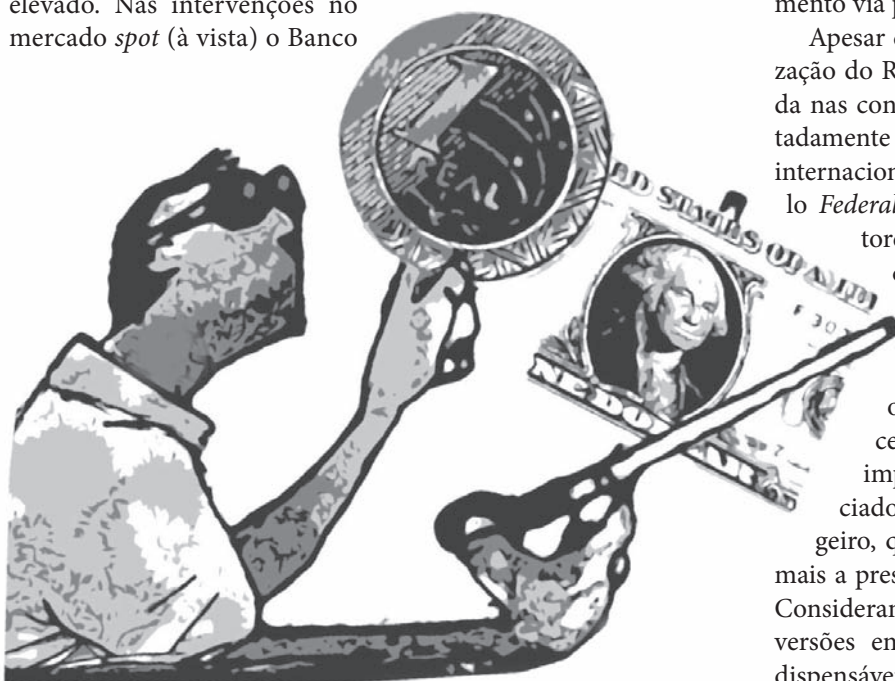
Apesar da origem da valorização do Real ser fundamentada nas condições externas, notadamente na ampla liquidez internacional promovida pelo *Federal Reserve*, alguns fatores internos também colaboram para essa tendência. Na falta de poupança interna suficiente, os investimentos necessários são feitos via importações e financiados por capital estrangeiro, que aumentam ainda mais a pressão sobre o câmbio. Considerando as grandes inversões em infraestrutura indispensáveis para os próximos



anos, num cenário de prolongamento da atual política monetária norte-americana, essas condições serão mantidas por mais algum tempo.

A convivência com o Real apreciado será inevitável nos próximos anos, quadro que somente será alterado com mudanças não esperadas na curva de juros dos EUA. Um ajuste fiscal mais forte, que permitisse uma taxa de juros mais baixa, reduziria as pressões sobre o câmbio, evitando as distorções geradas pela imposição de controles de capitais e reduzindo o custo fiscal das intervenções cambiais. Medidas de austeridade fiscal permitem a redução da absorção interna diminuindo, desta forma, a pressão sobre o câmbio e a necessidade de financiamento externo. Com a opção de redução do diferencial de juros limitada, dada as perspectivas de manutenção das taxas internacionais em níveis baixos e a dificuldade em influenciar a curva de juros domésticos, alimentada pelas expectativas inflacionárias, resta a alternativa de maior austeridade fiscal.

* Carlos Thadeu de Freitas Gomes é economista-chefe da CNC e ex-diretor do Banco Central



Política Fiscal no Brasil: Principais Questões e Desafios

■ Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca*

Um dos aspectos mais importantes da crise econômico-financeira do final da década de 2000 está relacionado aos efeitos dessa crise no financiamento de governos nacionais. Essa questão é claramente perceptível no caso de vários países-membros da União Europeia que, com a dramática redução patrimonial decorrente da crise – principalmente no mercado imobiliário –, combinada com a contração da atividade econômica, tiveram acentuadas quedas de arrecadação tributária que, com as despesas adicionais decorrentes da crise – em parte geradas por perdas ocorridas no sistema bancário doméstico – leva-

ram a déficits fiscais crescentes. Esse diagnóstico se aplica tanto a países que já tinham uma situação fiscal deficitária antes da crise, como Grécia, Itália e Portugal, como àqueles que, antes de 2008, apresentavam superávits fiscais confortáveis – a Irlanda é o caso mais representativo. Além da crise fiscal, esses países também enfrentam déficits expressivos em conta corrente, o que faz com que seus governos tenham que recorrer a credores externos.

A situação descrita no parágrafo anterior ilustra um enigma que vem marcando a economia brasileira nos últimos tempos. Isso porque o Brasil também registra, simultaneamente, expressivos déficits na área fiscal e em conta corrente – ou seja, o governo brasileiro também depende de capitais externos para finan-

ciar seu déficit fiscal e equilibrar o Balanço de Pagamentos. Ainda assim, o País não tem tido qualquer problema em atrair capitais provenientes do exterior, fato que tem contribuído para gerar um clima de tranquilidade tanto entre economistas profissionais como na sociedade como um todo – ou seja, ao contrário do que acontece na Europa, o País estaria aparentemente “blindado” contra a crise. Algumas questões fundamentais, no entanto, se colocam: Essa avaliação favorável é justificada? Ela tende a permanecer no futuro próximo?

Um aspecto central em relação a essas questões está na situação das contas públicas, uma vez que, caso venha a ocorrer uma deterioração fiscal, a atual avaliação positiva dos investidores externos pode ser reverti-



da – o caráter volátil e imprevisível dos mercados financeiros é bastante conhecido. Além disso, é cada vez mais premente a absoluta necessidade de promover investimentos públicos em escala crescente, para manter um ritmo adequado de crescimento econômico – proposta central do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Tudo isso leva ao exame mais detalhado da verdadeira situação do País em termos de política fiscal – o que passa também pela política monetária e, em particular, pela política de juros perseguida pelo Banco Central. Alguns desses tópicos são tratados nos parágrafos seguintes.

A Tabela com um resumo dos indicadores fiscais brasileiros nos últimos nove anos ilustra várias tendências relevantes. Uma das mais importantes é o patamar extremamente baixo do investimento público, que durante a primeira metade da década ficou pre-



BRASIL - INDICADORES FISCAIS (% DO PIB)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Receita Tributária Total	32,4	31,9	32,8	33,8	34,1	34,7	34,9	34,7	34,8
Investimento do Governo**	2,1	1,5	1,7	1,7	2,1	2,2	2,4	2,2	2,5
Dívida Mobiliária***	56,8	57,5	56,6	58,3	58,7	59,5	58,0	63,9	65,1
Resultado Fiscal Primário	3,2	3,3	3,8	3,9	3,2	3,4	3,5	2,1	--
Juros Nominais	7,6	8,5	6,6	7,3	6,8	6,1	5,5	5,4	--
NFSP -- Déficit Nominal	4,4	5,1	2,8	3,4	3,5	2,7	1,9	3,3	--
* Estimativas do autor.	** Dados originais em valores constantes.		*** Saldos em dezembro.						

FONTES: IBGE, Banco Central, Tesouro Nacional, Banco de dados de www.planejamento.org.

dominantemente abaixo de 2% do PIB e, mesmo após o lançamento do PAC, apresentou queda na relação com o PIB (entre 2008 e 2009). Essa estagnação do investimento público está refletida nas graves deficiências de infraestrutura (transportes, comunicações, energia) que, como se sabe, limitam o crescimento econômico no País. Mesmo levando em conta o investimento privado, o total da formação de capital no Brasil tem permanecido em níveis muito baixos durante o período examinado na Tabela. Em relação ao PIB, o investimento agregado (privado e público) atingiu o mínimo de 15,4% em 2003 e o máximo de 20% em 2010 – o que se deve em parte à eleição presidencial ocorrida no ano passado. Em todos os outros anos, o investimento agregado ficou abaixo de 20%. Por outro lado, entre os países emergentes com maior crescimento econômico – principalmente no continente asiático – o investimento, em muitos casos, situa-se em torno de 30% do PIB. Esse é, sem dúvida, o principal desafio para a administração pública brasileira nos próximos anos, ou seja, a necessidade de aumentar consideravelmente o investimento público como parte de uma estratégia voltada para o crescimento econômico.

Além disso, mesmo com o significativo aumento da car-

ga tributária em relação ao PIB descrito na Tabela – expansão de 2,4% do PIB ao longo do período analisado –, o superávit primário permaneceu estagnado em torno de 3% do PIB ao longo da maior parte da década passada e, mais grave, com tendência de queda ao final do período (2009). Este resultado revela que os gastos com salários e despesas correntes têm se mantido em patamar muito elevado e com tendência de crescimento acima do PIB. Em outras palavras, a estrutura de despesas da administração pública brasileira tem sido bastante ruim e, em particular, desfavorável ao crescimento econômico, uma vez que sistematicamente privilegia salários e despesas correntes em prejuízo do investimento público. Uma das principais consequências dessa inadequação das despesas é a deterioração da infraestrutura e a consequente perda de competitividade das empresas nacionais. Portanto, um importante desafio em relação às finanças públicas no Brasil consiste na necessidade de tornar mais flexível a atual estrutura de despesas, promovendo um ajuste fiscal que permita ampliar a participação do investimento público.

Ainda assim, seguramente o aspecto mais grave descrito na Tabela é o impressionante esforço fiscal decorrente da política de juros perseguida pelo Banco Central na década passada,

que chegou a 8,3% do PIB em 2003 e, mais recentemente, correspondeu a 5,4% do PIB. Durante os anos descritos na Tabela, a transferência de juros do governo para os credores da dívida pública foi, em média, de 6,7% do PIB – esses números mostram a contrapartida fiscal do fato bastante conhecido de que os juros reais pagos pelo governo brasileiro são os mais elevados do planeta. Sem entrar na discussão sobre a política de estabilização baseada em metas de inflação e suas consequências sobre os juros que incidem sobre a dívida pública, não resta dúvida de que, em algum momento, os efeitos fiscais dessa política terão que ser levados em conta. Sobre essa questão fundamental, vale mencionar que uma redução de apenas dois por cento do PIB na transferência de juros – menos de um terço da média do período – e a correspondente transferência desse montante para a formação de capital faria com que o investimento público praticamente dobrasse.

As consequências dos principais problemas mencionados acima – estrutura de despesas inadequada e excessivo custo fiscal dos juros pagos pelo governo – estão refletidas no déficit nominal do setor público brasileiro e na trajetória da dívida pública interna (a dívida no mercado internacional não está incluída nas informações apre-

sentadas), que registrou crescimento impressionante a partir de 2009, depois de longo período de relativa estabilidade. Deve ficar claro que o forte crescimento da dívida espelha a deterioração fiscal do período – um aspecto que não está inteiramente captado pelas informações incluídas na Tabela. De qualquer forma, o crescimento recente da dívida deixa clara a dependência crescente do governo brasileiro em relação à boa vontade dos credores – inclusive, levando em conta o déficit em conta corrente, que se aproxima de 2,5% do PIB, esses credores cada vez mais são investidores internacionais.

Voltando ao enigma mencionado no início deste texto, as informações disponíveis indicam que a situação fiscal no Brasil não é tão favorável como muitos parecem acreditar e, mais importante, não cria espaço para o aumento do investimento, que é condição necessária para a redução das deficiências em infraestrutura, o aumento da competitividade, e a aceleração do crescimento. Mais importante, os números disponíveis – em particular, para a trajetória da dívida – indicam que vem ocorrendo mais recentemente um processo de deterioração das contas públicas. Tudo isso pode colocar em cheque a avaliação positiva da economia brasileira por parte dos investidores externos. Infelizmente, portanto, não podemos descartar a possibilidade de a economia brasileira vir a ficar um pouco mais parecida com as de certos países europeus.

* Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca é professor de Economia e Finanças da UFRJ, onde coordena o MBA em Finanças e Gestão de Risco. Seus trabalhos publicados incluem os livros *Álgebra Linear Aplicada: a Finanças, Economia e Econometria* (Manole, 2003); e *Planejamento e Desenvolvimento Econômico* (Thomson-Cengage, 2006).

“Temos uma Presidente da República que foi presa política, foi torturada. Espero que se cumpra a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.”

Filha, esposa e irmã de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Victória Grabois participou ativamente do processo que culminou num dos mais importantes desdobramentos na luta pelo fim da impunidade dos agentes da repressão durante a ditadura militar. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) determinou no final do ano passado que o Brasil faça a investigação penal da operação empreendida pelo Exército brasileiro nos anos 1970 para erradicar a Guerrilha. A sentença condena o Estado brasileiro a esclarecer, determinar as responsabilidades penais e aplicar as sanções previstas em lei. O texto vai de encontro à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de abril de 2010, que julgou que houve anistia para todos os que cometeram crimes políticos e conexos no Brasil entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.



P: Qual é o seu envolvimento com a questão da guerrilha do Araguaia? Qual foi a sua trajetória com militante política durante a ditadura militar?

R: Eu sou filha de Maurício Grabois, irmã de André Grabois, e fui a primeira companheira de Gilberto Olímpio Maria, todos desaparecidos na guerrilha do Araguaia. O André desapareceu em outubro de 1973, e o meu pai e o Gilberto desde o Natal de 1973.

Minha casa foi invadida pelo Exército em 2 de abril de 1964. Eu vivi na clandestinidade de abril de 1964 até a minha volta ao Rio de Janeiro em 1980. Recebi um documento falso, e com essa certidão eu tirei identidade, título de eleitor, carteira de motorista, passaporte. Eu e minha mãe nos tornamos apoio do comitê central do PC do B. A minha atividade era essa: ajudar o partido nas atividades clandestinas. Com o meu documento falso, fiz um curso supletivo, entrei

na faculdade, me formei professora de português e francês, e fui trabalhar no governo do estado de São Paulo como professora. Trabalhei em São Paulo até depois da anistia. Nunca saí do Brasil para morar, só para fazer algumas tarefas que o PC do B mandava. Eu não podia fazer nada, porque era clandestina. Se eu colocasse meu nariz para fora, podia ser presa e até morta. Minha mãe não podia trabalhar, e dava aula de reforço para os meninos da rua. Eu tive que trabalhar para sustentar a mim, minha mãe e meu filho.

Com a anistia, eu entrei com uma ação de reconhecimento para retomar o meu nome original e do meu filho Igor, e para reconhecer o meu curso universitário e o curso que o Igor tinha feito, porque na época ele estava na oitava série.

P: Por favor, faça um histórico do processo que culminou com

a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em dezembro?

R: Em 1982, 22 familiares de guerrilheiros do Araguaia interpelaram uma ação na 1ª Vara da Justiça Federal, em Brasília. Antes, houve duas tentativas de entrar com ações, mas o governo não aceitava, dizia que não existia Guerrilha do Araguaia. Os familiares pediam investigações sobre o que ocorreu, perguntando quais as circunstâncias das mortes e a localização dos corpos, e também pediam atestado de óbito de 25 guerrilheiros.

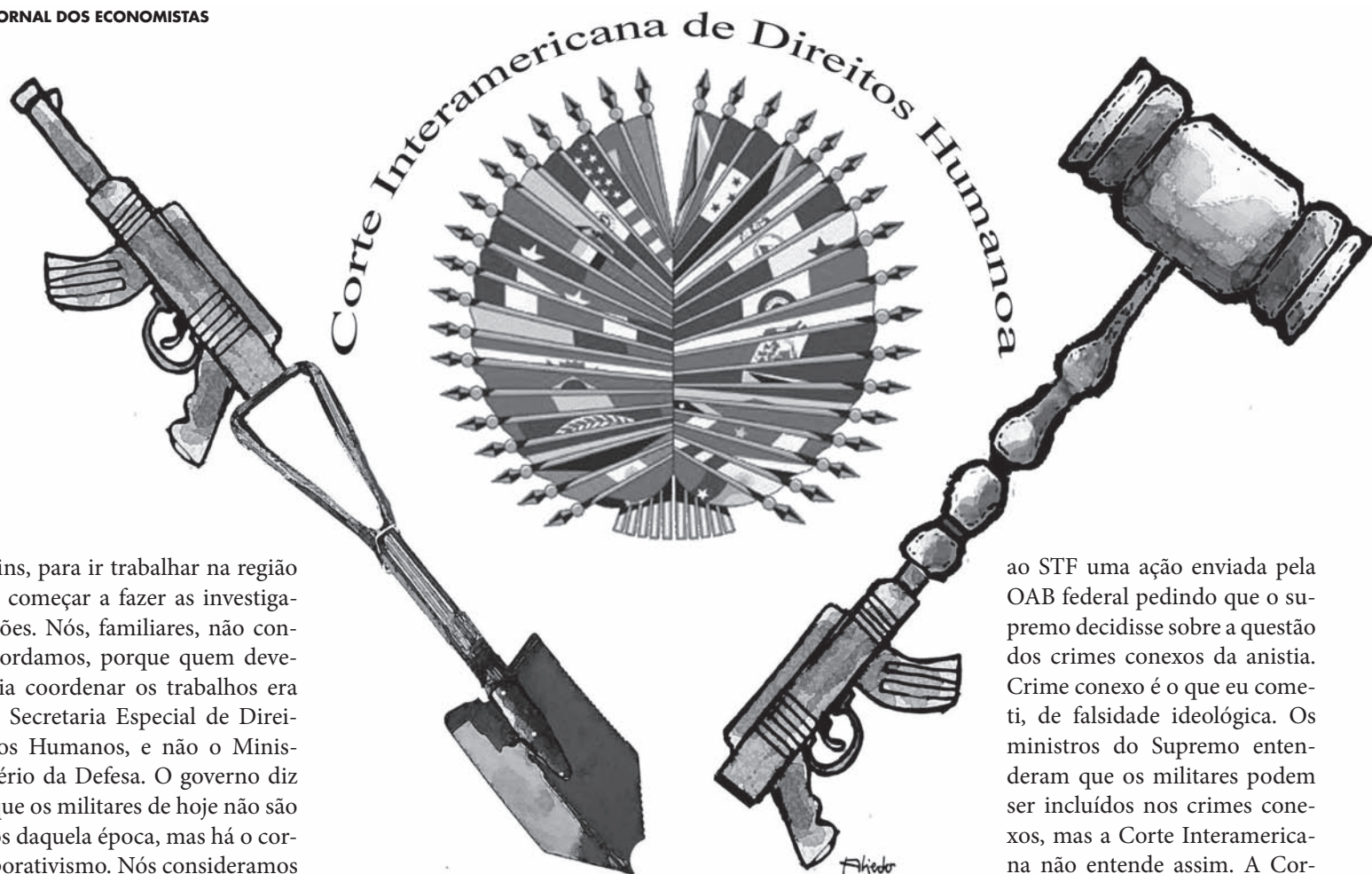
Essa ação foi se protelando. Até a sentença, a União entrou com 16 recursos. Finalmente, em 2003, o juiz se aposentou, e entrou uma nova juíza daqui do Rio, que deu uma sentença favorável às famílias, pedindo a localização dos corpos e as circunstâncias da morte. Já estávamos no governo Lula. Fomos

a Brasília e pedimos que o governo não recorresse da sentença, mas o governo recorreu. Finalmente essa sentença foi transitada em julgado em 2007.

P: Qual foi a sentença de 2007 e quais foram as repercussões práticas?

R: Na sentença a juíza Solange Salgado pedia que o governo brasileiro abrisse os arquivos do Exército relativos à Guerrilha do Araguaia, para saber o que aconteceu, e que fossem chamados a depor os militares que participaram daquela ação. O governo nunca fez isso.

O governo só começou a executar a sentença em 2009, quando o outro processo já estava transitando na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Eles já vislumbravam que o Estado brasileiro seria condenado na OEA, então o governo criou um grupo de trabalho chamado Tocan-



tins, para ir trabalhar na região e começar a fazer as investigações. Nós, familiares, não concordamos, porque quem deveria coordenar os trabalhos era a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e não o Ministério da Defesa. O governo diz que os militares de hoje não são os daquela época, mas há o corporativismo. Nós consideramos isso uma farsa.

Em 1980 e 1991 nós fomos à região numa caravana e descobrimos que vários guerrilheiros estavam enterrados no Cemitério de Xambioá. Encontramos as ossadas de Maria Lúcia Petit e Bergson Farias, que foram enterrados pelas suas famílias. A ossada de Francisco Manoel Chaves está numa caixa de papelão na Secretaria Especial de Direitos Humanos, e não vai ser reconhecida nunca, porque ele não tinha família, e só a família pode reconhecer.

Quando a gente começou a localizar as ossadas no Cemitério de Xambioá, eles começaram a tirá-las de lá. As ossadas foram enterradas em outros lugares. Não adianta criar um grupo de trabalho e ficar procurando numa região extensa, depois de quase 40 anos. Tem que abrir os arquivos. Sem a abertura dos arquivos, nada adianta, qualquer trabalho é infrutífero.

P: Há, ou já houve, esforços do Estado brasileiro para localizar os restos mortais e apurar as circunstâncias das mortes de outras vítimas da ditadura militar?

R: A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada em 1995 com base na Lei 9.140. No governo Fernando Henrique, a Comissão ficava no Ministério da Justiça, e passou para a Secretaria Especial de Direitos Humanos no governo Lula. A Lei diz que num primeiro momento se deve reparar as famílias, e num segundo se deve iniciar buscas para saber o paradeiro dos 424 brasileiros mortos e desaparecidos. Mas, depois que reparou as famílias, a Comissão começou a se diluir. Os membros da Comissão sempre alegaram que não tinham respaldo do governo brasileiro para iniciar os trabalhos.

P: Por favor, descreva o processo na Corte Interamericana da OEA?

R: Em 1995, nós entramos com uma ação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para fazer o julgamento na OEA, porque aqui no Brasil a justiça era muito lenta. A Comissão só aceita o processo se já existir um processo no país de origem, o que era o caso. A Comissão demorou 13 anos para decidir que o nosso processo deveria ser enviado à Corte, o que aconteceu no final de 2008. Em 21 de maio de 2010, a Corte fez uma audiência pública, ouviu as partes e as testemunhas. A sentença final, já traduzida, foi entregue ao governo brasileiro em 14 de dezembro.

P: Quais são os principais aspectos da sentença da Corte Interamericana?

R: Ano passado, tinha chegado

ao STF uma ação enviada pela OAB federal pedindo que o supremo decidisse sobre a questão dos crimes conexos da anistia. Crime conexo é o que eu cometi, de falsidade ideológica. Os ministros do Supremo entenderam que os militares podem ser incluídos nos crimes conexos, mas a Corte Interamericana não entende assim. A Corte entende que a Lei da Anistia do Brasil não impede que o Estado brasileiro investigue o que aconteceu com as pessoas da guerrilha do Araguaia. A Lei da Anistia também não impede que os militares que participaram nesse episódio sejam responsabilizados. Isso é o mais importante; a lei não impede as investigações nem que se responsabilizem os militares. Tem outros pontos, também, como pagar tratamento psicológico e psiquiátrico e remédios.

Eles também exigem que cada membro da família seja reparado. Pela Lei 9.140, só quem entrou com o processo recebeu por aquele guerrilheiro. A lei agora diz que eu tenho que receber pelo meu pai, o meu marido e o meu irmão. Isso para mim é consequência, é até válido, mas é um coroamento do trabalho. **Nós queremos que eles nos entreguem os restos mortais e que**

nos digam quem matou, como matou, quando matou, e que nos deem um atestado de óbito decente, que o que eles nos deram é só uma certidão presumida de morte. Nós queremos uma com toda a informação. E queremos que os militares que ainda vivem sejam responsabilizados. O Brasil é o país mais atrasado de toda a América Latina em relação à responsabilização dos militares da ditadura. Na Argentina o Videla, com 85 anos, foi para a prisão. No Chile, no Paraguai, se abriram os arquivos. Agora se fala em Comissão da Verdade. Como vai haver uma Comissão da Verdade se não abrir os arquivos da ditadura?

P: Por que você acha que aqui não se consegue avançar?

R: Porque o Brasil é uma sociedade altamente conservadora, escravocrata. O resquício dessa escravidão permeia a sociedade brasileira, e os governos civis que sucederam os governos militares não tiveram a coragem política de enfrentar esses militares e abrir os arquivos. Porque os arquivos existem, não há vontade política. Eles falam de governabilidade. Quando nós fomos a Brasília em 2003, nós falamos com o Chefe da Casa Civil, que na época era o Dirceu, e ele nos disse claramente que 'em nome da governabilidade, nada mais podemos fazer'.

P: O que esta sentença representa no contexto da causa pelo esclarecimento dos crimes perpetrados pela ditadura e

pelos Direitos Humanos em geral? Quais são os resultados práticos?

R: É que a Lei da Anistia não impede as investigações, não impede que os militares sentem no banco dos réus e sejam responsabilizados. Eu acho que a sentença vai favorecer não apenas os desaparecidos do Araguaia, que são 70, mas todos os mais de 300 desaparecidos. Você vai saber o que aconteceu com mais de 300 brasileiros. É muito difícil, mas cabe a nós impulsionar o governo para implementar a decisão da Corte.

P: Como você avalia a dissidência entre a decisão da Corte Interamericana em dezembro e a do Supremo Tribunal Federal em abril? O que vai prevalecer?

R: **Com a sentença da Corte, alguns ministros já se colocaram, dizendo que a Lei da Anistia é a lei maior do Brasil e que os militares não podem ser responsabilizados. Eles não aceitam a sentença da Corte. Mas acontece que o Fernando Henrique Cardoso reconheceu a Corte em 1998. A Corte é o órgão supremo de toda a OEA, de todos os Estados americanos, então está acima do Supremo brasileiro.**

Esses ministros são altamente conservadores. O grande mal do Supremo é que o cargo deles é vitalício. Eles são nomeados pelo Presidente da República e ficam lá pelo resto da vida. Na Suprema Corte da Colômbia, são quatro anos. Aqui no Brasil existem vários projetos na Câmara dos Deputados para acabar com o privilégio desses ministros vitalícios.

A luta vai ser muito grande. Nós temos que ter a com-

petência de criar parcerias com as entidades da sociedade civil, para que a sociedade se una a nós para instigar o governo. O governo tem um ano para implementar isso. Eu espero, agora que nós temos uma Presidente da República que foi presa política, foi torturada, que ela tenha a sensibilidade que o governo Lula não teve. Eu espero que se cumpra a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

P: Caso o governo realmente cumpra esta decisão, qual você acha que vai ser a reação das Forças Armadas?

R: As Forças Armadas estão reagindo, são contra. Mas, no meu ver, não há problema de governabilidade. É só medo. Eu acho que no Brasil de hoje, não há condições para um novo golpe militar, eu acho que a democracia está consolidada.

Uma das causas da violência é a impunidade. No Brasil se prende, se mata, se tortura, e ninguém faz nada, ninguém é punido. Se alguém fosse punido e responsabilizado durante a ditadura militar, muitas das atrocidades que acontecem hoje no Rio de Janeiro e na periferia das grandes cidades não teriam acontecido. Essa violência, que no tempo da ditadura militar era voltada para os opositores do regime, hoje ela é dirigida aos pobres, aos negros e favelados das grandes cidades brasileiras. O governo tem que ter a coragem de enfrentar setores conservadores das Forças Armadas. Que vai ser difícil vai, mas precisa de coragem.

O governo dizia para gente que não podia fazer nada porque não tinha respaldo do Judiciário. Mas a Juíza Solange Salgado não proferiu a sentença para abrir os arquivos? Então tem respaldo do Judiciário. A juíza mandou que chamassem os militares. Eles foram chamados como testemunhas. Eu assisti à audiência de todos os principais militares. O Márcio Teixeira desacatou a juíza, o procurador-geral da República, o advogado da AGU e os familiares. Se fosse em outro país ele teria sido preso, porque ele desacatou o poder da República brasileira. Isso não pode continuar. Os militares têm que acatar uma ordem judicial, e a ordem judicial foi dada.

P: Qual a sua visão sobre a forma como foi e está sendo conduzida a operação policial/militar no complexo de favelas do Alemão? Há violações dos Direitos Humanos que estão sendo acobertadas pela imprensa?

R: Lógico que sim. Pelo que eu vi nas televisões do Rio de Janeiro, casas eram invadidas várias vezes sem mandado judicial, acuando a população, e a grande imprensa fazendo uma grande demagogia. A PM do Rio, naquele episódio que os traficantes fugiam pela mata, me lembrou os capitães do mato que, quando os escravos fugiam, caçavam e torturavam os escravos. Aqui me pareceu que estávamos no século XVIII ou XIX. A PM tem a figura de um capitão do mato da época da escravidão. O Exército foi feito para defender as fronteiras. Que ordem é essa para que o Exército entre na favela? Parecia uma guerra civil. As violações continuam, e uma das causas disso é a impunidade.

Incentivos e medidas para a região de Nova Friburgo

■ Mario Cordeiro
de Carvalho Junior*

Em função do desastre natural na região de Nova Friburgo, se faz necessário reconstruir a confiança da classe empresarial via incentivos econômicos apropriados ao desenvolvimento econômico local. Agora, se precisa e se necessita de crédito. As atividades econômicas tradicionais da região, como moda íntima, ferragens, cadeados, agricultura, e turismo, deveriam ter acesso preferencial aos financiamentos da Investe Rio. Mas, para viabilizar de fato o acesso a financiamento para a produção e giro, se deveria criar um fundo garantidor estadual específico de crédito por lei pela assembléia legislativa estadual.

Os bancos oficiais deveriam ser incentivados a emprestar para a região, adotando os critérios de análise do faturamento passado, e a usar os fundos garantidores existentes. Eles devem cobrar o seguro relativo ao uso do fundo garantidor federal, e deve-se estabelecer um mecanismo de transparência e contabilidade, informando quem obteve recursos, quem está pagando, e quem está ainda devendo. Isso é uma medida para mitigar o risco moral e o oportunismo dos empresários. Para evitar problemas relacionados ao sigilo bancário, o tomador de recursos autorizaria a divulgação dos seus débitos e pagamentos contraídos em função da catástrofe. Isso seria um exemplo para o Brasil, e deveria ser pactuado pelo governo federal, estadual, municipal, bancos,

representantes patronais (FIRJAN e sindicatos locais) e dos trabalhadores. Vale lembrar que os recursos existem, e restaria apenas mobilizá-los por meio da elaboração de projetos e planos de negócios que seriam apresentados aos bancos oficiais.

Quanto à elaboração de projetos e planos de negócios, caberia ao Sebrae-RJ contratar empresas júnior das faculdades de administração e economia localizadas no Estado do Rio de Janeiro para que estas os elaborassem. Seria importante envolver a Firjan, pois ela deveria ser o nóculo central de coordenação e encaminhamento desses planos para os bancos oficiais. Para reconstruir as casas que não estejam em áreas de risco, seria preciso envolver as empresas júnior dos cursos de engenharia e de arquitetura das universidades do Estado. Estas fariam o projeto básico de recuperação e elaboração de novas moradias de pessoas físicas. Si-

multaneamente, o governo municipal, junto com o sindicato patronal de engenharia da região, incentivaria a constituição de empresários-engenheiros que se tornariam pequenas construtoras. Estes empreendedores podem articular, de um lado, a apresentação desses projetos notadamente à Caixa Econômica Federal (CEF), e, de outro, viabilizar a aquisição do material de construção a um preço eficiente e eficaz nas empresas desta localidade. Isso impactaria diretamente a cadeia produtiva da construção civil, reduziria o déficit habitacional, incentivaria o surgimento de novos empreendedores, e reduziria a presença do setor público nessa área.

Para se reconstruir mais rapidamente a cidade, de modo a

eliminar os focos de miséria absoluta e viabilizar uma porta de saída aos detentores do programa Bolsa Família, se desenvolveria um projeto piloto coordenado pelo Governo Federal, e executado pela CEF. Este projeto piloto consistiria na realização de uma edição especial dos sorteios lotéricos da CEF (Mega Sena, etc.) voltada para Nova Friburgo. Divulgação ampla em mídia



televisiva, impressa e pelas redes sociais seria desenvolvida junto à sociedade brasileira. Esta seria incentivada a jogar numa atitude de ganha-ganha. De um lado, um membro (ou vários) da nossa sociedade eventualmente ganhará o prêmio. Mas todos nós ganharemos se conseguirmos erradicar a miséria absoluta e viabilizar a saída de muitos do programa Bolsa Família.

Isto é possível de ser feito se os recursos que já cabem ao governo federal, ao invés de serem recolhidos para compor o superávit fiscal, fossem distribuídos diretamente e focalizados nas pessoas miseráveis da região e nas que estão recebendo o auxílio do governo. Nesse caso, seria incentivada a criação de pequenos negócios como salões de beleza, clínicas de estética populares, atividades de reparação e conserto, creches, abrigos para idosos pobres, bares, lan houses etc. A inversão inicial é pequena

e o conhecimento necessário para exercer essas profissões e desenvolver esses negócios é passível de ser adquirido em pouco tempo. Obviamente seria preciso montar uma rede social e

um mecanismo de acompanhamento para seleção e liberação desses recursos. A seleção dos beneficiários seria feita a partir das pessoas que recebem o Bolsa Família ou estão em condição de miséria absoluta e sejam mulheres. Esta seleção poderia ser feita pelo Sebrae Nacional e Estadual, que viabilizaria capacitação em negócios específicos, e que poderia ser auxiliado pelo restante do Sistema S da indústria e comércio. Todavia, os recursos livres a serem investidos em novos negócios seriam geridos e entregues aos beneficiários pela CEF.

Vale lembrar que ao participarem desse programa piloto, as mulheres selecionadas e atendidas não perderiam o direito de terem acesso aos tradicionais recursos do Programa Bolsa Família. Elas só sairiam do programa quando fosse constatada a sustentabilidade financeira dos pequenos empreendimentos. O sucesso desse projeto piloto – cujos resultados poderiam ser observados em poucos meses – permitiria que esse tipo de medida fosse estendida de modo focalizado para outras regiões dos países. Isso contribuiria para a erradicação da miséria e incentivaria a proliferação de mulheres empreendedoras, que além de saberem cuidar da família, saberão gerir o seu próprio negócio.

Finalmente, caberia incentivar as atividades portadoras de futuro da região de Nova Friburgo. Essas atividades são: i) base metalmeccânica ligada ao fornecimento para a Petrobras, ii) mecatrônica ligada ao pré-sal; e (iii) saúde bucal e materiais compósitos.

A principal atividade portadora de futuro para a região tem de ser o desenvolvimento de tecnologia e de produtos voltados para o atendimento do pré-

-sal. Nesse sentido se requer duas ações, a saber: (i) a Petrobras deveria criar na região de Luminar um centro de pesquisas de mecatrônica voltado para o setor de petróleo. A exploração do pré-sal requererá o desenvolvimento de controle a distância e o uso de máquinas inteligentes. Logo, nada melhor do que criar um centro de pesquisas e difusão dessas novas tecnologias na cidade de Nova Friburgo. Esse laboratório deveria ser constituído como uma fundação universitária no âmbito da Uerj/NF, desde que as diretrizes, o controle da pesquisa e da gestão ficassem a cargo da Petrobras. Esse modelo institucional permitiria potencializar o uso dos recursos do fundo setorial do petróleo com os recursos passíveis de serem usados pela Petrobras em função do disposto na Lei de Inovação.

Paralelamente à constituição dessa fundação universitária voltada para o desenvolvimento da mecatrônica, a Petrobras juntamente com a Uerj e o governo do Estado desenvolveriam a segunda ação portadora de futuro, que seria criar um Escritório de Transferência de Tecnologia (ETT). Este escritório visa a desenvolver competências e habilidades únicas das empresas de base metalmeccânica da Região Serrana para torná-las fornecedoras da Petrobras. Isso poderia ser feito caso houvesse um programa para aproveitar os engenheiros da Petrobras que estão se aposentando ou se aposentaram recentemente. Eles desenvolveriam atividades de transferência de tecnologia. Aliás, em Cordeiro, próximo de Nova Friburgo, já há casos de empresas que estão diversificando a sua linha de produção à proporção que conseguiram se inserir como forne-

cedoras de equipamentos para a Petrobras. Esse escritório poderia se estender para outras regiões, e ao fazer isso de modo pró-ativo a Uerj, com apoio da Petrobras, estaria se transformando de fato e de direito em agente de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro.

Na questão de saúde bucal e materiais compósitos, caberia à Faperj incentivar a formação de uma rede de pesquisa encabeçada pela UFF de Nova Friburgo, seguida da UFF/Niterói, Uerj/Rio e UFRJ, para pesquisarem e desenvolverem pesquisas sobre o uso de nanomateriais na saúde bucal. Seria montada uma plataforma eletrônica virtual para o desenvolvimento dessa rede, e se implantaria uma incubadora de empresas específica para viabilizar o surgimento de empresas de base tecnológica. O recurso necessário para a implantação dessa incubadora seria de responsabilidade da Faperj, mas recursos do SEBRAE/NA deveriam ser aportados para viabilizar a constituição desse polo tecnológico.

Finalmente, todos os incentivos, medidas e instituições aqui propostas deveriam ser detalhadas em uma atividade de estudo e planejamento governamental participativo, de modo que os governos federal, estadual e municipal tenham um mapa e uma agenda de trabalho elaborada por toda a sociedade fluminense. Sem dúvida, buscando a cooperação entre agentes econômicos e tendo o governo um papel de relevo de coordenação e indução ao desenvolvimento, se verificará, no futuro, que com incentivos econômicos focados e apropriados se poderá construir um novo futuro tanto para Nova Friburgo quanto para a Região Serrana.

* Mario Cordeiro de Carvalho Junior é professor da FAF-UERJ.



Gastos com Habitação no município do Rio de Janeiro

“Todo ano a chuva tem data marcada para pegar o governo de surpresa.” — Marcelo Soares

A cidade do Rio de Janeiro tem passado, ao longo do tempo, por algumas modificações no que diz respeito à habitação. O tema central a ser abordado é como a prefeitura está atuando nas favelas cariocas pós-expulsão dos traficantes ostensivos.

Pode-se considerar que as atividades da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) são favoráveis à não-remoção das famílias dessas áreas. Porém, há uma questão a ser levantada: será que os projetos habitacionais e urbanísticos que a prefeitura tem criado vão realmente melhorar a vida desta população? Outro ponto a ser

considerado é a efetiva disponibilidade de serviços públicos essenciais que a prefeitura oferece para essas áreas.

Com o intuito de fomentar esta questão o FPO analisou este mês o orçamento destinado à função Habitação, com destaque para dois projetos: o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (PROAP) e a Urbanização de Assentamentos Precários.

Além destes projetos, destacamos também o de Proteção de Encostas e Áreas de Risco, que está disposto dentro da função Urbanização, para tentar entender melhor como o município enfrenta o desafio de conter as tragédias ocasionadas pelas chuvas.

Pode-se ver como exemplo de falta de planejamento urba-

no, sobretudo na área de habitação, a tragédia ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro no início de 2011, assim como as ocorridas na capital anualmente.

Função Habitação

As despesas com a função Habitação estão concentradas na Secretaria Municipal de Habitação, que tem como principal objetivo oferecer melhoria de qualidade de vida para a população de baixa renda por meio de urbanização, regularização das favelas e construção de imóveis a baixo custo.

Para 2011, a dotação inicial da função Habitação foi elevada em 48%, acompanhando o aumento generalizado de previsão de gastos da Prefeitura,

chegando a R\$ 646 milhões ou 3,4% do orçamento municipal. Desde 2006 a previsão desta função tem crescido e aumentado o seu peso na despesa total da Prefeitura (em valores atuais)¹. Naquele ano a participação foi de apenas 1%; já em 2008 foi de 2,5% e no ano seguinte chegou a 3%.

O gráfico 1 apresenta a evolução do previsto e gasto com a função Habitação.

Destacamos que, no ano passado, R\$ 223 milhões foram liquidados, dos R\$ 435 milhões previstos inicialmente. De fato, a análise dos números da função habitação mostra um crescimento contínuo do orçamento previsto e de sua taxa de liquidação. Entretanto, em termos de execução orçamentária, a prefeitura ainda está muito aquém do que prometeu inicialmente.

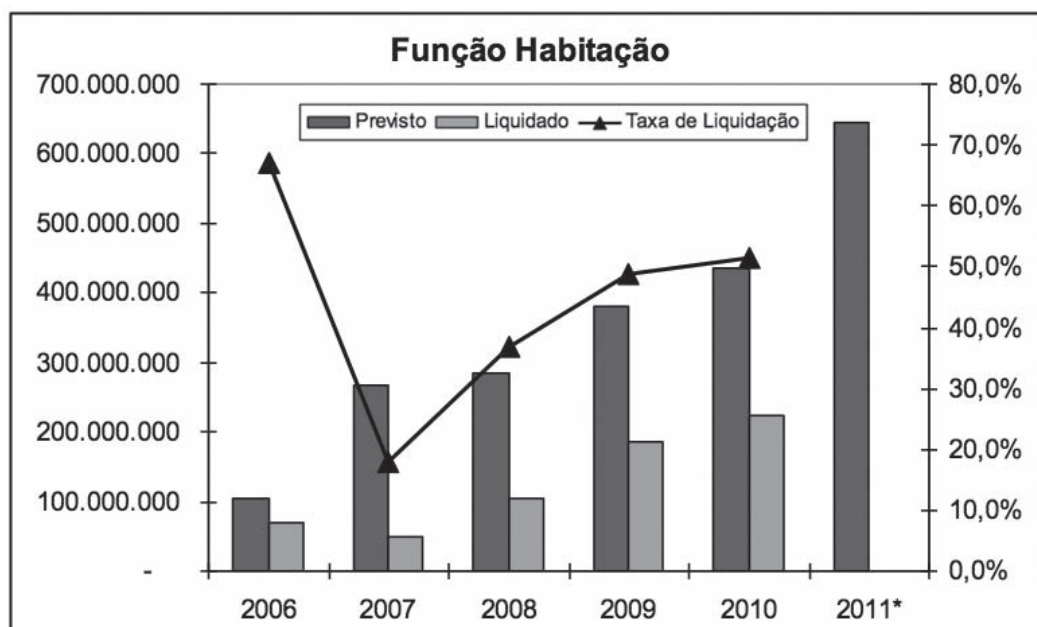
Programas

Dentro da função analisada dois programas sobressaem-se: o PROAP e a Urbanização de Assentamentos Precários. Este último representa mais de 70% do previsto para 2011 para a função Habitação.

PROAP

O PROAP, que está na terceira fase, é um programa que existe desde 2006 e prevê a realização de obras de infraestrutura básica, edificações e serviços urbanos em regiões carentes. Está orçado em aproximadamente R\$ 87 milhões para este ano. Embora a dotação inicial venha

Gáfcico 1



*Previsão segundo PLOA/2011.
Fonte: Prestação de Contas 2006 a 2009; FINCON dezembro de 2010 e LOA/2011.

Tabela 1

Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP

	Previsto	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Tx. Liq
2006	55.412.112,70	41.899.179,42	38.075.296,46	36.273.273,96	65%
2007	210.356.902,72	192.814.275,07	18.796.971,68	17.406.977,68	8%
2008	55.020.130,57	49.949.829,60	14.790.266,94	14.382.409,73	26%
2009	59.125.681,63	51.708.570,46	987.313,03	476.458,49	1%
2010	81.718.698,44	77.822.531,45	6.306.591,01	4.380.120,65	5%
2011*	86.837.188,00				

Previsão segundo PLOA/2011

Fontes: Prestação de Contas 2006 a 2009; FINCON dezembro 2010 e LOA/2011

aumentando desde o ano de 2008, o valor liquidado tem oscilado bastante, tendo chegado a 65% do previsto em 2006 e 1% em 2009 (ver tabela 1). No ano passado foram previstos inicialmente R\$ 81 milhões e liquidados R\$ 4 milhões. Dentre as ações elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, três se destacam:

1) a Ação Social no PROAP, que tem o objetivo de desenvolver atividades preventivas nas localidades atendidas por meio de creches, centros de assistência, cultura e arte;

2) a Urbanização Integrada do PROAP, que prevê obras de infraestrutura básica;

3) a Regularização Urbana e Fundiária, que atende domicílios, buscando regularizar as edificações e controlar a ocupação.

Urbanização de Assentamentos Precários

O Programa de Urbanização de Assentamentos Precários teve início ano passado, quando representava 60% do previsto para a função. Tem como objetivo a melhoria das condições de habitação de comunidades carentes. Este programa abriga três ações, com os seguintes objetivos:

1) PAC Urbanização: promover a melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, com impacto na redução da incidência e do desdobramento dos assentamentos subformais por meio da urbanização, regularização urbanística e fundiária, inclusão produtiva e social e sustentabilidade ambiental;

2) Urbanização de Assentamentos Formais: segundo a LDO 2011, tem o mesmo objetivo da ação supracitada;

3) Recuperação da Qualidade Ambiental e Urbanização de Áreas de Baixa Renda: reduzir a taxa de lotes/domicílios irregulares, contribuindo para o crescimento urbano e a segurança da posse em assentamentos de baixa renda.

De 2010 para 2011 a sua dotação inicial variou em 81%, passando de R\$ 261 milhões para quase R\$ 474 milhões. Em 2010, 74% do valor previsto inicialmente foi liquidado.

Moradia sem risco e Morar Carioca

No âmbito do desastre ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro, o FPO também analisou um projeto relacionado a moradias sem risco, embora esteja fora da função aqui analisada. É o Programa de Proteção de Encostas e Áreas de Risco.

O programa é realizado desde 2009, quando teve dotação inicial de R\$ 5,6 milhões e liquidação de R\$ 7 milhões. No ano passado, quase R\$ 8 milhões foram previstos e novamente houve remanejamento de verba considerável para o progra-

ma, que gastou R\$ 147 milhões.

Para este ano, a dotação inicial de R\$ 65 milhões está dividida entre três projetos, que estão direcionados a fiscalização, vistorias da Defesa Civil, monitoramento de áreas de risco através do Sistema do Alerta Rio e manutenção e recuperação de obras de contenção.

Outra promessa do governo é o programa Morar Carioca, que tem previsão de gasto de 8 bilhões até 2020², em média R\$ 89 milhões por ano.

Esse programa está direcionado à criação de obras destinadas a promover infraestrutura e desenvolver a urbanização das favelas. Além disso, o seu objetivo é gerar um sistema de controle de ocupação das áreas onde estão estabelecidas todas as favelas do Rio de Janeiro.

Estaremos atentos no acompanhamento desses programas.

Repasse Federal

Segundo nota de 14 de janeiro, o movimento Auditoria Cidadã da Rede Jubileu Sul/Brasil afirma que apenas R\$ 13 milhões foram gastos até 25 de dezembro de 2010 dos R\$ 442 milhões disponibilizados pela União ao governo do estado do Rio de Janeiro para o Progra-

ma “Prevenção e Preparação para Desastres”.

Por outro lado, o Governador Sérgio Cabral afirmou que “nos últimos quatro anos, o Rio de Janeiro recebeu mais de R\$ 500 milhões em verbas federais para socorrer cidades afetadas pelas chuvas.” Porém, Cabral não especificou a quais programas tais recursos corresponderam.

Ao concluir nossa análise pode-se ver que o orçamento da função habitação tem crescido tanto em termos de previsão quanto de volume liquidado, embora com uma significativa diferença entre eles. Entretanto, permanece a incerteza quanto à efetividade dessas políticas públicas. Acreditamos que somente a existência de um Plano Diretor Urbano, debatido com a sociedade e respeitado por todos os atores sociais envolvidos, combinado com uma crescente viabilização de moradias populares e combate à especulação imobiliária, poderá atenuar tanto o déficit habitacional quanto as ocupações em áreas de risco.

1 Todos os valores analisados foram corrigidos pelo IPCA – valores de dezembro de 2010.

2 Diário Oficial publicado em 24/01/2011.

Corecon entra na justiça para proteger atuação de economistas peritos

■ O Corecon/RJ entrou em dezembro com ação ordinária com antecipação da tutela jurisdicional contra o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ) para garantir a atuação de economistas nas funções de perito judicial e extrajudicial no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da ação é impedir em definitivo que o CRC/RJ implemente qualquer procedimento fiscalizatório, lavre autos de infração, instaure processos administra-

tivos ou imponha penalidades contra economistas registrados que desempenhem atividades de perito. Na ação foi solicitada também a anulação de todos os atos fiscalizatórios e punitivos já realizados. O Corecon/SP entrou no passado com ação semelhante contra o CRC/SP.

A ação é uma resposta aos vários casos de perseguição do CRC/RJ aos economistas peritos fluminenses. As funções de perito não são cativas dos contadores. Na verdade, o Decre-

to 31.794/52, em seu artigo 3º, define que as perícias que envolvem assuntos econômico-financeiros são privativas de economistas.

As perícias tratam em geral de questões de natureza conceitual ou cálculos referentes a valores patrimoniais. A perícia é judicial quando é solicitada por um juiz.

O caso de um economista, relatado ao Corecon em 2006, ilustra a forma de atuação do CRC/RJ. Após ter sido convoca-

do por um juiz para a realização de uma perícia que envolvia valores de pagamento de aluguel por parte de uma escola na Zona Sul do Rio de Janeiro, ele foi multado por um fiscal do CRC/RJ por exercício ilegal da profissão de contador. A alegação foi de que a perícia era contábil e que, portanto, o economista era um leigo, desempenhando ilegalmente a profissão de contador. Em seguida, o CRC/RJ abriu contra o economista um processo de fiscalização.

Agenda de cursos para 2011

ECONOMIA MARXIANA

Professor João Leonardo Medeiros (professor adjunto e pesquisador da UFF). O curso aguarda formação de turma. Inscreva-se no site do Conselho.

APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA O EXAME DA ANPEC 2011

28 de fevereiro a 30 de setembro – vagas limitadas

MATEMÁTICA: PREPARATÓRIO PARA A PROVA DA ANPEC

6 de abril a 28 de setembro – à tarde
Professor André Gaglianone
(Curso Anpec Corecon à noite, IBMEC)

ESTATÍSTICA PARA CONCURSOS

4 de abril a 6 de junho – segunda-feira à tarde.
Professor Carlos Maximiliano Monteiro
(UFRRJ, Debret, Academia do Concurso)

ECONOMIA E PLANEJAMENTO NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO

15 de março a 7 de abril – terça e quinta-feira à noite. Professora Natália Gonçalves de Moraes (EPE – Empresa de pesquisa energética)

PERÍCIA

16 de março a 4 de agosto – quarta ou sábado – em dois horários
Professor Roque Dirceo Licks (perito)

FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

18 de março a 13 de maio – sexta-feira à tarde
Professora Andréa Sampaio Vianna
(mestre pelo IE-UFRJ)

MATEMÁTICA FINANCEIRA: APLICAÇÕES

18 de março a 13 de maio - sexta-feira à tarde.
Professora Sílvia dos Reis Alcântara Duarte
(professora adjunta da UFF e do IBMEC)

LÍNGUA PORTUGUESA PARA CONCURSOS

22 de março a 3 de maio - terça e quinta-feira - 8h30 às 10h20 da manhã.
Professora Tatyanna Barreira
(graduada pela Uerj e pós-graduada pela Puc)

ECONOMETRIA BÁSICA

6 de abril a 27 de maio - quarta e sexta-feira à tarde. Professora Alessandra Scalioni Brito
(mestranda da UFF)

HISTÓRIA DA ANÁLISE MACROECONÔMICA

12 de abril a 31 de maio - terça-feira à noite
Professor Guilherme Maia
(doutor pelo IE-UFRJ, professor da UCAM, economista do BNDES)

MACRO E MICROECONOMIA PARA CONCURSOS

2 de maio a 8 de agosto - à noite
Professor Carlos Maximiliano Monteiro

ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS

12 de maio a 2 de julho – quinta-feira à noite.
Professora Raquel Nadal (mestre pela USP)

ECONOMIA INDUSTRIAL: TEORIA E APLICAÇÕES PARA O CASO BRASILEIRO

20 de maio a 29 de julho - sexta-feira à noite. Professora Marina da Gama (doutora pelo Cedeplar-UFMG, economista BNDES)

REGULAÇÃO ECONÔMICA COM FOCO NA INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL

2 de agosto a 4 de outubro - terça-feira à noite.
Professor Marcelo Colomer Ferraro
(doutor e pesquisador do IE-UFRJ)

CORECON-RJ

Composição Plenária 2011

Presidente:

João Paulo de Almeida Magalhães

Vice-Presidente:

Sidney Pascoutto da Rocha

CONSELHEIROS EFETIVOS

1º Terço: (2011-2013)

Arthur Câmara Cardozo

Renato Elman

João Paulo de Almeida Magalhães

2º Terço: (2009-2011)

Gilberto Caputo Santos

Edson Peterli Guimarães

Paulo Sergio Souto

3º Terço: (2010-2012)

Carlos Henrique Tibiriça Miranda

Sidney Pascoutto Rocha

José Antônio Lutterbach Soares

CONSELHEIROS SUPLENTE

1º Terço: (2011-2013)

Eduardo Kaplan Barbosa

Regina Lúcia Gadioli dos Santos

Marcelo Pereira Fernandes

2º Terço: (2009-2011)

André Luiz Rodrigues Osório

Leonardo de Moura Perdígão

Pamplona

Miguel Antônio Pinho Bruno

3º Terço: (2010-2012)

Ângela Maria de Lemos Gelli

José Ricardo de Moraes Lopes

Marcelo Jorge de Paula Paixão

Para saber os conteúdos programáticos dos cursos e se inscrever, visite o site www.economistas.org.br ou envie mensagem para cursos@corecon-rj.org.br